

TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 3151/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Alienação, por leilão, de veículos e máquinas inservíveis pertencentes à frota municipal, classificados como recuperáveis ou sucatas, no estado em que se encontram, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VEÍCULOS E MÁQUINAS INSERVÍVEIS						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço mínimo	Preço mínimo total
1	29837551	FROTA 07 MOTO XLR 125	1	UN	933,33	933,33
2	29837552	FROTA 16 MICRO ÔNIBUS VOLARE A5	1	UN	4.166,67	4.166,67
3	29837553	FROTA 27 CAMINHONETE FORD F-1000 SUCATA	1	UN	3.450,00	3.450,00
4	29837554	FROTA 42 MICRO ÔNIBUS VOLARE A5	1	UN	6.333,33	6.333,33
5	29837555	FROTA 66 CAMINHÃO CARGO 1622	1	UN	14.333,33	14.333,33
6	29837556	FROTA 71 CAMINHÃO VOLVO N-12	1	UN	9.000,00	9.000,00
7	29837557	FROTA 86 TRATOR DE ESTEIRA D65 6B	1	UN	20.000,00	20.000,00
8	29837558	FROTA 116 FIAT UNO MILE FIRE	1	UN	2.625,00	2.625,00
9	29837559	FROTA 190 MICRO ÔNIBUS IVECO	1	UN	5.666,67	5.666,67
10	29837560	FROTA 201 RETROESCAVADEIRA JCB 3C 4WD SUCATA	1	UN	5.000,00	5.000,00
11	29837561	FROTA 220 FIAT PALIO WEEKEND ELX	1	UN	5.333,33	5.333,33
12	29837562	FROTA 231 ÔNIBUS SCANIA K112 CL	1	UN	18.333,33	18.333,33
13	29837563	FROTA 239 ÔNIBUS VW 15.190 EOD E.HD ORE	1	UN	36.666,67	36.666,67
14	29837564	FROTA 240 ÔNIBUS VW 15.190 EOD E.HD ORE	1	UN	31.500,00	31.500,00
15	29837565	FROTA 241 ÔNIBUS VW 15.190 EOD E.HD ORE	1	UN	29.666,67	29.666,67
16	29837566	FROTA 242 ÔNIBUS VW 15.190 EOD E.HD ORE	1	UN	37.333,33	37.333,33
17	29837567	FROTA 253 SPRINTER 815 (UTI)	1	UN	16.666,67	16.666,67
18	29837568	FROTA 270 VEÍCULO VW AMAROK	1	UN	24.253,75	24.253,75
19	29837569	FROTA 285 ÔNIBUS MB	1	UN	6.333,33	6.333,33
20	29837570	FROTA 293 VAN MB GUERRA MIC20	1	UN	26.666,67	26.666,67

21	29837571	FROTA 294 SPRINTER MB 515 CDI	1	UN	23.333,33	23.333,33
22	29837572	FROTA 370 ROLO COMPACTADOR TEMA TERRA SPV 68	1	UN	10.000,00	10.000,00
23	29837573	FROTA 413 ONIBUS VOLVO B10M	1	UN	12.000,00	12.000,00
24	29837574	TANQUE CILÍNDRICO DE TRANSPORTE DE ÁGUA 6000 L	1	UN	6.333,33	6.333,33
25	29837575	FROTA 226 RETROESCAVADEIRA JCB 3C 4WD	1	UN	15.000,00	15.000,00
26	29837576	FROTA 287 FIAT FIORINO	1	UN	4.700,00	4.700,00
27	29837577	FROTA 209 AUTOMÓVEL/VW GOL - 1.6	1	UN	14.900,00	14.900,00
28	29837578	PEÇAS DIVERSAS PARA MÁQUINAS, VEÍCULOS E FILTROS DIVERSOS	1	UN	250,00	250,00
29	29837579	COMPRESSOR ELÉTRICO DE AR WAYNE UW8 ANO: 2014	1	UN	4.500,00	4.500,00
TOTAL						395.278,74

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência do instrumento contratual (ou equivalente) será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de homologação do leilão, visando cobrir os trâmites administrativos de transferência de propriedade, baixa patrimonial e prestação de contas.

1.4.1 Ressalva-se, contudo, que este prazo não se confunde com os prazos de execução das obrigações do arrematante, devendo ser rigorosamente cumpridos os prazos exíguos para pagamento (imediato ou conforme edital) e retirada dos bens (agendada após pagamento), sob pena das sanções cabíveis por inadimplemento, conforme estipulado nas cláusulas específicas de Pagamento e Retirada deste Termo.

1.5. A alienação dos bens é enquadrada como fornecimento não continuado, encerrando-se às obrigações da Administração com a entrega definitiva do bem arrematado, nas condições estabelecidas no Edital.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da Plataforma

1.7. O Município de Dois Vizinhos PR, através da Empresa Operadora de Plataforma de Leilões (SUPERBID), conforme contrato nº 035/2025, realizará a venda de ativos inservíveis. O certame será conduzido pelo Leiloeiro Administrativo (servidor público designado). A Plataforma de Leilões sujeita-se às responsabilidades e sanções expressas no Contrato e na Lei nº 14.133/2021, e o Leiloeiro Administrativo às disposições legais aplicáveis aos agentes públicos.

Amparo Legal

1.8. O Processo será regido nos termos do art. 31, caput da Lei nº 14.133/2021.

Comissão Especial de Acompanhamento

1.9. Todo o processo de realização do leilão será acompanhado pela Comissão Especial de Acompanhamento, conforme portaria nº 004/2026 que serão responsáveis por acompanhar os proponentes durante vistorias dos bens e após o arremate acompanhar as retiradas, mediante agendamento prévio.

Do Processo Licitatório

1.10. Todo o procedimento será conduzido em estrita conformidade com a legislação aplicável, notadamente:

1.10.1 A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o disposto em seu art. 31, que rege a modalidade leilão;

1.10.2 O Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regulamenta a profissão de Leiloeiro Público Oficial no território nacional;

1.10.3 A Instrução Normativa DREI/ME nº 52, de 29 de julho de 2022, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o exercício da profissão;

1.10.4 As demais disposições contidas neste Termo de Referência e no Edital de Leilão que será publicado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente alienação de bens por leilão, por sua natureza de geração de receita e não de despesa, não consta no Plano de Contratações Anual (PCA). No entanto, este processo está em total alinhamento com os objetivos estratégicos da Administração, servindo como um ato de gestão patrimonial que viabiliza futuras contratações planejadas, como a renovação da frota municipal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

3.1. Em se tratando de alienação de bens inservíveis, a sustentabilidade é aferida sob ótica distinta da aquisição de bens ou serviços. O presente leilão constitui, em si, a medida saneadora central, consoante o princípio da eficiência, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao reverter um passivo administrativo em ativo financeiro e solucionar uma questão de gestão patrimonial e ambiental.

3.2. Destarte, o ônus pela destinação ambientalmente adequada é transferido integralmente ao arrematante, que, ao ofertar seu lance, adere às seguintes condições, as quais serão ratificadas por meio da assinatura da Declaração Unificada (Anexo do Edital):

3.2.1 Responsabilidade Integral pela Destinação Final: O arrematante assume a responsabilidade exclusiva pela destinação final de todos os componentes do bem arrematado. Tal obrigação deverá ser cumprida em estrita observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normativas ambientais pertinentes, eximindo o Município de qualquer responsabilidade futura.

3.2.2 Atuação como Agente da Logística Reversa: O arrematante se torna o agente promotor da logística reversa, incumbido do correto descarte de todos os materiais e fluidos (a exemplo de óleos, baterias e pneus) e da reinserção dos componentes recicláveis (metais, plásticos, vidros) na cadeia produtiva, assumindo todos os custos e procedimentos para tal.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do Leilão e oferecer lances as pessoas físicas ou jurídicas por seu representante legal, desde que devidamente inscritos(as) no Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

5.2. Não poderão participar do LEILÃO, as pessoas físicas ou as pessoas jurídicas que:

5.2.1 estejam impedidas de participar de licitações e contratar com o poder público, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.605/1998;

5.2.2 estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública ou tenham sido declaradas inidôneas, nos termos dos incisos IV e V do art. 33 da Lei nº 12.527/2011;

5.2.3 tenham sido proibidas de contratar com o poder público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992;

5.2.4 empreguem menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

5.2.5 mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão promotor da presente licitação, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6 nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.7 exerçam, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos/PR, ou que possuam qualquer outro vínculo com a referida entidade, inclusive através de pessoa jurídica;

5.3. Para fins de participação no leilão, considera-se a matriz e as filiais de uma pessoa jurídica como um mesmo proponente.

5.4. Os(as) licitantes não poderão alegar, para fins e efeitos de direito, o desconhecimento das regras e condições contidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação pertinente reguladora da matéria.

5.5. Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net) até a abertura da sessão, sob pena de não ser possível participar do certame.

5.6. **BENS**

5.7. Os bens estão relacionados, descritos e avaliados no ANEXO I e serão vendidos no ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO em que se encontram e SEM NENHUM TIPO DE GARANTIA, inclusive quanto as NUMERAÇÕES DOS CHASSIS e dos MOTORES, que poderão estar divergentes, sendo responsabilidades dos Arrematantes a sua regularização junto aos órgãos competentes, pressupondo-se tenham sido previamente examinados pelo(a) Arrematante, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

5.8. Não cabe à Plataforma de Leilões ou ao Município de Dois Vizinhos/PR qualquer responsabilidade posterior, como concessão de abatimento no preço em decorrência das qualidades intrínsecas ou extrínsecas dos bens ou mesmo por conta de vícios redibitórios, consertos, reparos, reposição de peças com defeito(s) ou ausentes e providências quanto à sua retirada e transporte após arrematação, pressupondo-se terem sido previamente examinados, bem como conhecidos e aceitos os termos do certame pelos(as) licitantes.

5.9. Os veículos nas condições de SUCATA somente poderão participar destes lotes pessoas jurídicas que comprovem o registro da empresa no ramo de desmontagem de veículo, perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal em que atuam, conforme previsto na Lei Federal nº 12.977/2014 e Resolução nº 611/2016 – CONTRAN, as quais deverão apresentar Certificado de registro da empresa no ramo de desmontagem de veículos, conforme previsto em Lei.

6. **DOS VALORES**

6.1. Os bens serão vendidos separadamente, observados os valores mínimos atribuídos conforme avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, nomeadas através do DECRETO Nº 22577/2025, constantes da coluna “VALOR MÍNIMO” da tabela “ANEXO_I_RELACÃO_FROTA_LEILÃO”.

7. **DO EXAME DOS BENS**

7.1. Cabe aos interessados vistoriar os bens a serem apreçados a partir da publicação do edital, no horário compreendido entre as 09h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min, até o dia anterior à abertura da sessão de disputa do leilão. Os interessados deverão entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos/PR – (Comissão Especial de Acompanhamento, conforme Portaria nº 004/2026) para agendamento de visita. Os lotes a serem apreçados neste leilão encontram-se localizados no Parque de Exposições Avenida Dorvalino Tosi - Jardim Marcante. Dois Vizinhos/PR. CEP: 85660-000. Os lotes a serem apreçados estão devidamente descritos e caracterizados na planilha “ANEXO_I_RELACÃO_FROTA_LEILÃO” do presente Edital.

8. CONDIÇÕES DA DISPUTA E PAGAMENTO

Início e Oferta de Lances

8.1. A partir da data de publicação do Edital, os lotes estarão abertos para recebimento de pré-lances por meio da Plataforma de Leilões contratada. Estes lances ficarão registrados no sistema e concorrerão em igualdade de condições com os lances ofertados durante a sessão pública.

8.2. Os lances ofertados, tanto na fase de pré-lance quanto na sessão pública, são IRREVOGÁVEIS e IRRETRATÁVEIS. O proponente é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome e não poderá anulá-las ou cancelá-las sob nenhuma hipótese.

8.3. A disputa se iniciará a partir do valor mínimo de avaliação de cada lote, estipulado no Anexo I. Qualquer lance subsequente deverá obedecer ao incremento mínimo obrigatório.

Da Sistemática de Encerramento (Prorrogação Automática)

8.4. A sessão de disputa para cada lote ocorrerá em data e hora definidas no Edital. Caso algum lance seja recebido nos 3 (três) últimos minutos do fechamento do lote, o cronômetro retroagirá a 3 (três) minutos do encerramento do lote e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 3 (três) minutos, para que todos os usuários interessados tenham a oportunidade de efetuar novos lances.

Do Incremento Mínimo de Lance

8.5. O incremento mínimo entre os lances será definido automaticamente pela plataforma de leilões, de acordo com o valor atual do lote, conforme a tabela a seguir:

Faixa de Valor inicial do Lance	Incremento Mínimo Obrigatório
Até R\$ 1.000,00	R\$ 50,00
De R\$ 1.000,01 a R\$ 10.000,00	R\$ 100,00
De R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00	R\$ 250,00
De R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00	R\$ 500,00
Acima de R\$ 100.000,00	R\$ 1.000,00

9. RETIRADA DOS BENS

9.1. A liberação dos lotes arrematados será mediante agendamento prévio, a ser realizado através dos telefones: (46) 3536-2564 e (46) 3536-8800.

9.2. A ocorrência de força maior ou caso fortuito entre a data de realização do leilão e da retirada do bem, que impeça sua entrega, resolve a obrigação mediante a restituição do valor pago pelo arrematante.

9.3. No ato do carregamento, o(a) Arrematante deverá trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários, não sendo permitida a transformação dos bens arrematados dentro da área do depósito. O transporte do bem arrematado, assim como as despesas com retirada, carregamento, frete, seguro etc., correrão por ordem, risco e conta do(a) Arrematante.

9.4. Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo estipulado em edital, o arrematante estará sujeito à cobrança de taxa de estadia diária, no valor de 1% (um por cento) do valor da arrematação, por dia de atraso, limitada a 30 (trinta) dias úteis.

9.5. Decorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis de atraso (referente ao limite da taxa de estadia) sem a efetiva retirada do bem, a Administração instaurará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para fins de apuração e declaração de abandono do bem.

9.6. Uma vez confirmado o abandono ao final do processo administrativo, o arrematante perderá o direito sobre o bem arrematado. A Administração reterá os valores já pagos pelo arrematante apenas até o montante necessário para cobrir a taxa de estadia acumulada e eventuais prejuízos adicionais comprovados (como custos de armazenagem e de um novo certame). O saldo remanescente, se houver, será restituído ao arrematante.

9.7. O bem declarado abandonado retornará ao patrimônio do Município para ser leilado em outra oportunidade.

9.8. A retirada dos bens arrematados poderá ser feita nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira das 8h00m às 11h30m e das 13h30m às 16h30m, não sendo aceitas reclamações posteriores à arrematação referente ao valor da arrematação ou estado do bem.

9.9. Os bens deverão ser retirados pelos(as) Arrematantes no local designado pela Comissão Especial de Acompanhamento, mediante a apresentação dos documentos pessoais do(a) Arrematante.

9.10. Caso a retirada tenha sido delegada a um representante de pessoa jurídica, será necessária a apresentação de procuração outorgada por representante legal com poderes para tal (conforme os atos constitutivos da empresa), com poderes específicos para a prática do ato.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Dos Débitos e Responsabilidades Tributárias

10.1. Para os lotes classificados como SUCATA (Veículos Irrecuperáveis), a responsabilidade pela solicitação da baixa definitiva do registro junto ao DETRAN é exclusiva do MUNICÍPIO, devendo esta providência ser adotada obrigatoriamente antes da entrega do bem ao arrematante.

10.2. Os veículos classificados como sucata serão entregues sem as placas e com o recorte da numeração do chassi, acompanhados da respectiva Certidão de Baixa, sendo terminantemente vedada a sua circulação ou novo emplacamento.

10.3. A arrematação destes lotes é restrita a empresas de desmonte ou reciclagem devidamente registradas perante o órgão executivo de trânsito, conforme exigência da Lei nº 12.977/2014 e regulamentações do CONTRAN, visando assegurar a destinação ambientalmente adequada e a rastreabilidade das peças

10.4. Será de responsabilidade da Prefeitura de Dois Vizinhos/PR o pagamento de eventuais débitos de multas de trânsito e IPVA relativos aos veículos, desde que vencidos antes da data de realização do leilão.

10.5. Eventuais débitos de IPVA do ano de exercício (pagamento proporcional) ou que venham a incidir após a data do leilão são de inteira responsabilidade do arrematante.

Dos Critérios e fluxo de Pagamento

10.6. O pagamento do valor integral da arrematação deverá ser realizado pelo arrematante, à vista, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar do encerramento da disputa e da declaração de venda encerrada a disputa na plataforma.

10.7. Fica vedada a cobrança de comissão do leiloeiro ou taxa administrativa adicional diretamente ao arrematante. A remuneração da plataforma será custeada pela Administração Municipal como despesa contratual própria.

10.8. O fluxo de pagamento obedecerá ao seguinte rito:

10.8.1 Encerrada a disputa do Item, o Leiloeiro Administrativo (servidor designado) comunicará formalmente o resultado ao Departamento Financeiro do Município, informando os dados do arrematante e o valor final do lance.

10.8.2 O Departamento Financeiro do Município emitirá o Documento de Arrecadação Municipal (DAM) correspondente ao valor integral do lance arrematado. O DAM será enviado ao arrematante (por e-mail cadastrado ou disponibilizado na área do arrematante na plataforma).

10.8.3 O arrematante terá o prazo máximo e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento/disponibilização do DAM, para efetuar a quitação integral do boleto diretamente na rede bancária.

10.8.4 O arrematante deverá enviar o comprovante de pagamento à Comissão de Acompanhamento (conforme canais indicados no Edital/Plataforma) para fins de agilidade, contudo, a confirmação definitiva do arremate e a autorização para retirada do bem só ocorrerão após a efetiva compensação bancária e ratificação do crédito na conta do Município pelo Departamento Financeiro.

10.9. O não pagamento do DAM no prazo estipulado caracterizará o arrematante como remisso, resultando no cancelamento do lance, na aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ofertado e nas demais sanções de impedimento de licitar, garantido o devido processo legal.

Do Procedimento de Transferência de Propriedade:

10.10. A formalização da transferência de propriedade ao arrematante ocorrerá após a confirmação do pagamento integral do lote e da comissão, seguindo os procedimentos abaixo:

10.11. Emissão da Ata de Leilão: Após a confirmação do pagamento pelo Departamento Financeiro, será emitida a Ata de Leilão pelo Leiloeiro Oficial, ratificando a venda e identificando o arrematante como novo proprietário.

10.12. Para Bens Sem Registro no DETRAN (Máquinas e Implementos): A Ata de Leilão, devidamente homologada, juntamente com o Recibo de Pagamento e/ou o Termo de Entrega do Bem emitido pela Administração Municipal após a confirmação da quitação, constituirão os documentos hábeis para comprovar a aquisição e a legítima posse do bem pelo arrematante.

10.13. Para Veículos Registrados no DETRAN (Carros, Caminhões, Ônibus, Motos):

10.14. O Departamento de Patrimônio do Município providenciará o preenchimento do Documento Único de Transferência (DUT/CRV), em até 10 (dez) dias úteis.

10.15. A entrega dos documentos será feita somente ao arrematante ou seu procurador legal, mediante apresentação de:

10.15.1 Cópia da Cédula de Identidade, CPF/MF e Comprovante de Residência quando Pessoa Física.

10.15.2 Cópia do Contrato Social (ou Estatuto) e Cartão CNPJ quando Pessoa Jurídica.

10.15.3 Procurador: Instrumento de Procuração, além dos documentos pessoais do procurador.

10.16. A Administração Municipal fornecerá ao arrematante, mediante recibo, os seguintes documentos necessários para a transferência junto ao DETRAN:

10.17. Cópia autenticada da Ata de Leilão.

10.18. Cópia autenticada da Ata de Posse do Prefeito Municipal.

10.19. Cópia autenticada dos documentos de identificação do Prefeito Municipal.

10.20. O DUT/CRV original, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal do Município.

10.21. Ônus da Transferência: Recairá sobre o arrematante o ônus integral por todas as despesas decorrentes da transferência de propriedade, incluindo taxas do DETRAN, impostos (se aplicáveis após a data do leilão), emolumentos de cartório, serviços de despachante e quaisquer outras necessárias à plena regularização do bem para seu nome.

10.22. O arrematante deverá transferir o(s) veículo(s) arrematado(s) para o seu nome no prazo máximo de 30 (trinta) dias subsequentes à entrega da documentação, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

10.23. O Documento Único de Transferência – DUT será preenchido exclusivamente em nome do arrematante, sendo vedada a indicação de terceiros.

10.24. Independentemente do prazo do arrematante, o Município de Dois Vizinhos/PR cientificará o DETRAN/PR sobre a venda. Caso o arrematante não realize a transferência no prazo legal (30 dias), o Município solicitará o bloqueio administrativo do veículo.

10.25. É proibido ao arrematante ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o bem arrematado antes do pagamento integral e da efetiva retirada do mesmo das dependências do Município.

Da Retirada Física dos Bens (Logística)

10.26. Os bens serão entregues no local onde se encontram armazenados, a saber: Parque de Exposições (Avenida Dorvalino Tosi - Jardim Marcante), ou outro local que venha a ser indicado no Edital.

10.27. A liberação para a retirada do bem somente ocorrerá após a comprovação do pagamento integral e mediante autorização expressa da Comissão Especial de Acompanhamento.

10.28. O prazo máximo para a retirada dos bens será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do 3º (terceiro) dia após a data de confirmação do pagamento.

10.29. A remoção dos bens deverá ser previamente agendada pelo arrematante junto à Comissão Especial de Acompanhamento, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

10.30. A retirada é de responsabilidade exclusiva do arrematante, que deverá arcar com todos os custos de remoção, carregamento (guincho, mão de obra, etc.) e transporte.

10.31. Na retirada, o arrematante deverá providenciar todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) e segurança necessários. Fica expressamente proibido realizar qualquer tipo de desmonte, reparo ou transformação dos bens arrematados dentro das dependências do Município.

10.32. Ocorrendo força maior ou caso fortuito no intervalo entre a homologação do leilão e a retirada do bem, que impeça a entrega, a obrigação do Município será resolvida mediante a restituição integral do valor pago pelo arrematante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

10.33. Por se tratar de alienação de bens usados, no estado de conservação e funcionamento em que se encontram ("as is"), NÃO HAVERÁ, sob nenhuma hipótese, qualquer tipo de garantia, manutenção ou assistência técnica por parte da Administração Municipal.

10.34. A Administração isenta-se de qualquer responsabilidade por defeitos ou vícios ocultos que os bens venham a apresentar após a arrematação.

10.35. Pressupõe-se que os bens foram devidamente vistoriados pelos interessados, que aceitam todas as suas condições no ato da apresentação do lance. Não serão aceitas reclamações, trocas ou devoluções após a homologação do leilão.

Da Responsabilidade do Arrematante

10.36. A responsabilidade pelo cumprimento fiel, integral e tempestivo de todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital constitui ônus exclusivo do arrematante.

10.37. A atividade de fiscalização exercida pelo Município é uma prerrogativa da Administração e tem por objetivo a verificação da conformidade dos atos. Destarte, tal acompanhamento não exime, atenua, ou de qualquer forma compartilha a responsabilidade do arrematante, que permanece integralmente responsável pelas

11. DAS RESPONSABILIDADES PELA OPERAÇÃO DO SISTEMA

Do Participante

11.1. É de exclusiva responsabilidade do proponente:

11.1.1 Dispor dos equipamentos e da infraestrutura de conexão à internet adequados para participar da disputa.

11.1.2 Acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo tempo de seus lances e por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios por falhas em sua conexão ou em seus equipamentos.

11.1.3 Responder civil e criminalmente por qualquer ato que utilize equipamento, programa ou procedimento que vise interferir dolosamente no funcionamento da plataforma, com o intuito de fraudar a disputa.

Do Leiloeiro e da Plataforma

11.2. A Empresa Operadora de Plataforma de Leilões, como contratada para prover o sistema, é a responsável pela integridade, estabilidade e segurança da plataforma eletrônica onde ocorrerá a disputa, sob fiscalização do Município.

11.3. A Administração Municipal e a plataforma de leilão não se responsabilizam por falhas técnicas decorrentes de problemas na conexão, equipamentos ou provedor de internet do proponente.

11.4. Da Suspensão do Certame por Falha Técnica:

11.4.1 Em caso de instabilidade, queda ou falha generalizada na plataforma, que impeça ou prejudique a disputa de lances, o Leiloeiro Administrativo deverá suspender imediatamente a sessão do(s) item(ns) afetado(s).

11.4.2 Constatada a falha na plataforma, o Leiloeiro comunicará o fato à Administração e publicará um aviso na própria plataforma.

11.4.3 A sessão suspensa será reiniciada em nova data e horário, a serem definidos pela Administração e publicados com a devida antecedência, reabrindo-se o tempo de disputa para garantir a isonomia entre todos os participantes.

11.4.4 A simples desconexão pessoal do Leiloeiro (operador), caso a plataforma continue funcionando normalmente e registrando lances, não é motivo para suspensão, devendo ele retomar sua atuação assim que possível.

Obrigações de Nível de Serviço (SLA) e Segurança da Plataforma

11.5. A Empresa Operadora de Plataforma de Leilões é obrigada a manter o Nível Mínimo de Serviço (SLA) e as condições de segurança da informação (LGPD) estabelecidas em seu contrato original com o Consórcio Intermunicipal do Médio Alto Uruguai.

11.6. A plataforma deve garantir um SLA de disponibilidade de, no mínimo, [INSERIR PERCENTUAL PREVISTO NO CONTRATO DE PLATAFORMA, EX: 99,5%] durante a sessão pública.

11.7. O descumprimento do SLA de garantia mínima de serviço sujeitará a Contratada à aplicação das penalidades de glosa sobre o pagamento, conforme previsto no Contrato de Contratação da Plataforma.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. As obrigações decorrentes da arrematação, regidas pelas condições deste Termo de Referência e do respectivo Edital, deverão ser cumpridas fielmente pela Administração e pelo arrematante. Ambas as partes se vinculam às normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada qual responderá pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

12.2. Na eventualidade de suspensão do leilão ou de seus efeitos por determinação judicial ou administrativa, os prazos de pagamento e de retirada dos bens serão prorrogados pelo tempo exato em que perdurar o impedimento, sem qualquer custo ou ônus adicional para as partes.

12.3. As comunicações formais entre o Município e o arrematante deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de correio eletrônico (e-mail) com comprovante de entrega e leitura devendo ser utilizados os endereços eletrônicos oficiais indicados no Preâmbulo do Edital ou na ficha de cadastro do arrematante.

12.4. O arrematante, ou seu representante legal, poderá ser convocado pela Administração para tratar de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente as relacionadas ao pagamento ou à logística de retirada dos bens.

Fiscalização

12.5. A fiscalização das obrigações pós-leilão será exercida pela Comissão Especial de Acompanhamento, designada por Portaria, a quem competirá, precipuamente, atestar:

12.5.1 O correto e tempestivo recebimento dos valores devidos pelo arrematante (Comissão e Quitação do Lance);

12.5.2 A efetiva e ordenada retirada dos bens arrematados, nos prazos e condições estipulados neste Termo de Referência e no Edital.

Atribuições dos Fiscais do Leilão:

12.6. Compete à Comissão Especial de Acompanhamento o acompanhamento de todas as fases subsequentes à arrematação, exercendo, precipuamente, as seguintes atribuições:

12.7. Atestar, em conjunto com o setor financeiro do Município, o adimplemento do Sinal de Arremate e da quitação integral do lote, verificando a conformidade dos pagamentos com os prazos estipulados no Edital;

- 12.8. Manter a comunicação formal com o arrematante para as notificações e atos que se fizerem necessários, servindo como ponto de contato oficial da Administração;
- 12.9. Instruir e acompanhar, junto aos setores competentes, a emissão da documentação hábil para a transferência de propriedade dos bens arrematados.
- 12.10. Emitir a autorização formal para a retirada do bem somente após a comprovação da quitação integral do valor do lance e do cumprimento de todas as obrigações previstas;
- 12.11. Supervisionar a retirada do bem do pátio municipal, assegurando que o procedimento ocorra de forma segura, dentro do prazo estipulado, e sem causar danos a outros bens ou às instalações do patrimônio público.
- 12.12. Comunicar formalmente à autoridade competente qualquer inadimplemento ou descumprimento por parte do arrematante (ex: não pagamento da quitação, não retirada do bem no prazo), instruindo o processo com os elementos necessários para a abertura de processo administrativo e aplicação das sanções cabíveis;
- 12.13. Registrar em relatório próprio todas as ocorrências relevantes e as fases do pós-leilão, desde a confirmação dos pagamentos até a retirada final e efetiva do bem.

Da Gestão e da Autoridade Competente

- 12.14. A coordenação superior e as decisões terminativas do processo de leilão incumbem à Autoridade Competente, que será subsidiada pelas informações e relatórios providenciados pela Comissão Especial de Acompanhamento.
- 12.15. Com base nos registros formais apresentados pela comissão, caberá precipuamente à Autoridade Competente adotar as seguintes providências:
- 12.15.1 Analisar e decidir sobre as ocorrências que exorbitem a competência ordinária da comissão, notadamente as que envolvam a aplicação de sanções ou a resolução de controvérsias.
- 12.15.2 Determinar a formalização de processo administrativo de responsabilização para a devida apuração e eventual aplicação de sanções ao arrematante inadimplente, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15.3 Realizar os atos formais de encerramento, que compreendem a adjudicação do objeto a cada arrematante adimplente, a homologação do resultado final do leilão e a elaboração do relatório conclusivo sobre a consecução dos objetivos.
- 12.16. Ressalta-se que todo o rito de gestão financeira deste processo é orientado pelo recebimento de receita, não se aplicando o fluxo tradicional de empenho, liquidação e pagamento de despesa pública.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Das Infrações

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência, o arrematante que:
- 13.1.1 Deixar de efetuar o pagamento integral do lance arrematado e da comissão do leiloeiro no prazo estipulado (01 dia útil);

13.1.2 Deixar de retirar o bem arrematado nos prazos previstos neste Termo, conforme penalidade específica do Item 11.15.;

13.1.3 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa para participar do certame ou para a transferência do bem;

13.1.4 Comportar-se de modo inidôneo, fraudar a licitação, praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos do certame ou conluir-se com outros participantes.

Das Sanções por Inadimplência

13.2. Caso o arrematante não pague os valores devidos no prazo de 01 (um) dia útil, a arrematação será automaticamente cancelada, sem necessidade de notificação prévia.

13.3. O arrematante que não honrar o pagamento (inadimplente) estará sujeito às sanções, mediante a instauração de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Constatada a inadimplência e observado o devido processo legal, o arrematante ficará sujeito, cumulativamente, às seguintes penalidades:

13.4.1 Pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do lance ofertado, destinada ao Município de Dois Vizinhos/PR; e

13.4.2 Sanção de Impedimento de Licitar e Contratar no âmbito do Município de Dois Vizinhos/PR, o que resultará no bloqueio de seu cadastro para futuros leilões do Município e do portal do Leiloeiro.

13.5. Os valores da multa, caso aplicada e não paga, poderão ser cobrados judicialmente, com inclusão do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA), inscrição em Dívida Ativa e/ou protesto em Cartório.

Das Sanções por Atraso na Retirada

13.6. Caso o bem não seja retirado no prazo estipulado 10 (dez) dias úteis, após o início da contagem do prazo para retirada, o arrematante estará sujeito à cobrança de taxa de estadia diária, no valor de 1% (um por cento) do valor da arrematação, por dia de atraso, limitada a 30 (trinta) dias úteis.

13.7. Decorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis de atraso (referente ao limite da taxa de estadia) sem a efetiva retirada do bem, a Administração instaurará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para fins de apuração e declaração de abandono do bem.

13.8. Uma vez confirmado o abandono ao final do processo administrativo, o arrematante perderá o direito sobre o bem arrematado. A Administração reterá os valores já pagos pelo arrematante apenas até o montante necessário para cobrir a taxa de estadia acumulada e eventuais prejuízos adicionais comprovados (como custos de armazenagem e de um novo certame). O saldo remanescente, se houver, será restituído ao arrematante.

13.9. O bem declarado abandonado retornará ao patrimônio do Município para ser leilado em outra oportunidade.

Das Sanções Restritivas (Lei 14.133/2021, Art. 156)

13.10. Impedimento de Licitar e Contratar: Pelo prazo de até 03 (três) anos, a ser aplicado ao arrematante que incorrer nas infrações (Inadimplência) ou (Atraso/Abandono na Retirada), ou que ensejar o retardamento da execução do certame.

13.11. Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar: Pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos, a ser aplicado ao arrematante que incorrer nas infrações (Falsidade Documental) ou (Fraude ou Conduta Inidônea).

Do Processo Administrativo de Responsabilização

13.12. A aplicação das sanções previstas nos subitens acima será precedida de processo administrativo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

13.13. A aplicação das sanções de Impedimento e Declaração de Inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada, que intimará o arrematante para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração.

13.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (se o arrematante for fornecedor) e nos cadastros nacionais de sanções (CEIS/CNEP).

14. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento

14.1. A seleção do proponente vencedor (arrematante) será realizada por meio de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade LEILÃO, a ser conduzido em sessão pública na MODALIDADE ONLINE.

14.2. O critério de julgamento adotado será o de MAIOR LANCE por lote, nos termos do art. 33, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021, observados os valores mínimos de avaliação estipulados no Anexo I deste Termo e no Edital.

Exigências de habilitação (Cadastro Para Participação)

14.3. A participação no leilão é condicionada ao prévio cadastro do interessado (Pessoa Física ou Jurídica) e seu representante legal junto à plataforma eletrônica (site) do Leiloeiro Público Oficial.

14.4. No ato do cadastro, o interessado deverá preencher seus dados e enviar eletronicamente, no mínimo, a seguinte documentação básica para fins de identificação:

14.4.1 Se Pessoa Física: Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF).

14.4.2 Se Pessoa Jurídica: Cartão CNPJ e o Ato Constitutivo (Contrato Social, Estatuto ou Requerimento de Empresário) que comprove os poderes do representante legal que operará o sistema.

14.4.3 Para todos: A Declaração Única (DU), conforme modelo do Anexo deste Termo, devidamente preenchida e assinada.

14.5. O interessado, ao se cadastrar e enviar a declaração Unificada (19.4.3), anui formalmente às regras do Edital e atesta que não está cumprindo nenhuma das sanções de impedimento de licitar ou contratar com o Poder Público.

14.6. A Administração, por meio do Leiloeiro, reserva-se o direito de consultar os cadastros de sanções (CEIS, CNEP, CNIA) para verificar a veracidade da declaração do participante.

Qualificação Técnica

14.7. A participação nos lotes classificados como "RECUPERÁVEIS" (veículos com direito a documentação) é aberta a qualquer Pessoa Física ou Jurídica que cumpra os requisitos de cadastro.

14.8. A participação nos lotes classificados como "SUCATA" (veículos baixados, sem direito a documentação, destinados ao desmonte) é RESTRITA a Pessoas Jurídicas que comprovem o registro da empresa no ramo de desmontagem de veículos.

14.9. Para fins de habilitação técnica para os lotes de sucata, a empresa interessada deverá, obrigatoriamente, apresentar durante o cadastro prévio o seguinte documento:

14.9.1 Certificado de Registro de empresa de desmontagem, válido, expedido pelo órgão executivo de trânsito (DETRAN) do Estado ou do Distrito Federal em que atua, em conformidade com a Lei Federal nº 12.977/2014 e Resoluções aplicáveis do CONTRAN.

14.9.2 Caso uma Pessoa Física ou Pessoa Jurídica que não atenda ao requisito do item acima venha a arrematar um lote de sucata, seu lance será desclassificado e cancelado, sujeitando-a às sanções de inadimplência previstas neste Termo.

Disposições gerais sobre habilitação

14.10. A habilitação dos interessados se dará pela plataforma do Leiloeiro Oficial, mediante o envio tempestivo (com até 24h após arremate) dos documentos solicitados nos itens anteriores:

14.10.1 Documentos de Identificação (Cadastro);

14.10.2 Declaração Unificada (DU) assinada;

14.10.3 Certificado de Desmonte (apenas para interessados em lotes de Sucata).

14.11. Não serão aceitos documentos de habilitação (Identidade, CPF, CNPJ, Contrato Social) com informações divergentes daquelas inseridas no cadastro.

14.12. Se o proponente for uma filial, deverá apresentar os documentos pertinentes à filial (CNPJ da filial e Contrato Social que comprove sua criação e poderes). Se for a matriz, apresentará os documentos da matriz. Em ambos os casos, a documentação de transferência do veículo (DUT) será emitida em nome do CNPJ que efetivamente arrematou o bem.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DE AVALIAÇÃO (VALOR MÍNIMO DE ARREMATAÇÃO)

15.1. Por se tratar de alienação (geração de receita), este procedimento não possui "valor máximo de contratação", mas sim "Valor Mínimo de Arrematação", que servirá como preço inicial público para a disputa de lances.

15.2. O valor total de avaliação dos bens (soma dos valores mínimos de todos os lotes) é de R\$ 395.278,74 (trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

15.3. Este valor foi obtido com base nos Laudos de Avaliação individuais de cada bem, anexos ao processo, que utilizaram como parâmetros a Tabela FIPE (para veículos recuperáveis) e cotações de mercado (para sucatas).

15.4. O detalhamento dos valores mínimos de arrematação para cada lote consta no Anexo I - Relação de Bens, deste Termo de Referência.

15.5. Conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, este valor não possui caráter sigiloso, sendo, ao contrário, a referência pública inicial para os lances.

15.6. Para processo de leilão não existe dotação orçamentária, por se tratar de receita e não despesa.

15.7. Conta Receita - Alienação de bens imóveis – 2.2.1.3.01.01.00.00.00 -

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 13 de maio de 2026.

Isac Vitor Medeiros
Matrícula Funcional 194971
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS